

Abreu também critica Congresso

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, concordou ontem com as críticas feitas pelo ministro Maílson da Nóbrega, da Fazenda, a respeito da atuação do Congresso Nacional diante das decisões sobre política fiscal do Governo. Ele chamou de "amputação" os vetos promovidos nas medidas do Governo e explicou que o pré-requisito para o controle da inflação é uma política fiscal "bem ajustada".

"Acho que isso não é uma opinião do Maílson, mas uma constatação", disse João Batista e relembrou os cortes feitos pelo Congresso Nacional na Operação Desmonte, no ano passado. "O que tentamos,

então, foi fazer com que a União não suportasse encargos para os quais ela não tinha financiamento", explicou o ministro do Planejamento, e enfatizou que naquele programa do Governo "o Congresso reverteu tudo".

A reposição salarial corre o risco de contar com uma única proposta a ser encaminhada ao Congresso Nacional: a do Governo. Segundo garante o Ministro do Planejamento, o Governo só tomará a iniciativa isolada de enviar uma medida provisória ou um projeto de lei para o Congresso, caso o entendimento com empregados e empresários sobre questões salariais na reunião da próxima quinta-feira do Fórum

Nacional de Política Salarial, for impossível. Os empresários já tendem a abster-se de aceitar qualquer percentual para a reposição salarial, para não serem incriminados.

O ministro João Batista de Abreu acredita que será possível ao Governo trabalhar daqui para a frente com previsão de déficit inferior a 6%, embora não queira anunciar o nível exato. "Qualquer coisa que eu anuncie agora vai atrapalhar nossas negociações com o FMI", argumentou. Ele afirmou que será possível trabalhar com uma meta de déficit "consistente com o programa".

